TL 4435-1

CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

FRETILIN

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

UNIDADE NACIONAL

I. Introdução

Ao longo da nossa história vários têm sido os factores que concorreram para as inúmeras derrotas registadas na luta do nosso Povo pela defesa de Timor-Leste. Dentre os vários factores, destaca-se a questão da falta de Unidade no seio do nosso Povo. Dividindo-nos para reinar, os nossos inimigos lograram reduzir a nossa capacidade de resposta e, como consequência, derrotar-nos.

A Unidade Nacional constitui assim não só um objectivo de ordem estratégica como uma necessidade política e social, dinâmica e permanente.

Como objectivo estratégico, a Unidade Nacional é uma condição necessária para a Vitória do povo Maubere nesta sua Luta pela Independência Nacional e reposição da legalidade internacional em Timor-Leste contra a ocupação ilegal da Pátria Maubere pela Indonésia.

Como uma necessidade política e social, dinâmica e permanente, a Unidade Nacional é o instrumento politico e sociológico indispensável para garantir a construção de uma Paz real, duradoira e definitiva no seio da sociedade maubere, condição *sine qua non* para a edificação de uma sociedade democrática e próspera.

II. O Pacto social e seus principais actores

A promoção e defesa da Unidade Nacional devem constituir a prioridade das prioridades na política e na condução das acções políticas de qualquer timorense, independentemente da sua filiação política, ideológica, partidária ou credo religioso.

Sem a Unidade, enfraquecemo-nos e abrimos espaço a conflitos fraticidas, a

confrontações permanentes e autodestruidoras.
A falta de Unidade do nosso Povo é fruto da falta de Unidade da elite dirigente, dos régulos e chefes tradicionais, outrora, e dos dirigentes das forças políticas e partidárias, em tempos mais recentes.

A elite política de Timor-Leste tem assim uma responsabilidade no sentido de contribuir de uma forma decisiva para a Unidade Nacional.

Assumir a responsabildade pela construção da Unidade Nacional passa, antes de mais, pela aquisição de uma cultura de tolerância que implica o respeito pelas diferenças sociais, políticas e ideológicas, raciais e religiosas, a promoção do diálogo permanente no seio da sociedade maubere, a criação dos instrumentos de prevenção e de resolução dos conflitos, a educação cívica e política da população e a elevação do nível cultural e de educação da sociedade.

Se as forças políticas e partidárias têm um papel primordial na construção da Unidade Nacional, não menos importante é o papel da sociedade civil, e das confissões religiosas .

Na era actual, cresce a responsabilidade da sociedade civil como actor social importante de moralização do poder político e económico. Não sendo força de oposição aos poderes constituidos, deve, contudo, assumir o seu lugar de parte consciente de um pacto a favor da paz, da democracia, da independência nacional e do progresso.

Para o desempenho deste seu papel, é necessário que a sociedade civil se organize para promover um movimento permanente de edução cívica do Povo Maubere, para dinamizar o diálogo permanente no seio da sociedade timorense, para denunciar os arbítrios, para aguçar a capacidade de crítica do povo maubere, para informar e formar, a criança, o jovem, o homem e a mulher mauberes.

O Povo maubere deu sempre exemplos de tolerância religiosa. Ao longo de toda a história de Timor-Leste em nenhum momento se registaram conflitos inter-religiosos.

Sendo Timor-Leste um país maioritariamente católico, à Igreja Católica se reserva o papel natural daquela grande casa onde todo o Povo busca a paz espiritual, fazendo amortecer e diliuir todos os conflitos potenciais e reais.

A Igreja Católica em Timor-Leste tem vindo a desempenhar um papel de contenção dos conflitos de toda a natureza, de promoção do respeito pelas

diferenças, de criação de um clima de tolerância e cooperação no seio das diferentes confissões religiosas, de denúncia permanente das violações mais permentes dos direitos humanos em Timor-Leste.

Ao desempenhar este papel, a Igreja Católica tem vindo a contribuir para a afirmação da identidade timorense e para a prevenção de futuros conflitos.

III. O Papel da FRETILIN

A Unidade Nacional ocupou sempre um lugar de destaque na política da FRETILIN. Unindo todo o povo no seu seio, ou em torno dos ideais da Libertação Nacional, a FRETILIN aprendeu a necessidade e força da Unidade Nacional.

Ao longo das últimas duas décadas, todos os militantes e quadros da FRETILIN de todos os escalões foram o alvo privilegiado das forças ocupantes indonésias. Para o combate à FRETILIN, a Indonésia introduziu a dinâmica da conflitualidade no seio da sociedade timorense, promovendo um clima de intolerância política, ideológica e religiosa.

No propósito de alterar a natureza do conflito, Jacarta promoveu a conflitulidade religiosa.

Mas, o nosso povo, fiel às suas tradições, frustrou todas as manobras, demonstrando o seu elevado grau de maturidade e tolerância.

A FRETILIN, orgulhosa de ser uma Organização política maubere, deste povo heróico de Timor-Leste, considera já chegado o tempo para a Paz em Timor-Leste. E, para a prossecução da mesma, propõe-se contribuir com as seguintes medidas:

1. Promover a prática do respeito pelas Liberdades fundamentais em Timor-Leste: Liberdade de pensamento, de expressao, de associação, de reunião, de movimento, de filiação partidária, de escolha e de prática de qualquer religião e de escolha do lugar de residência;

2. Promover o diálogo permanente no seio da sociedade maubere, de modo a combater a cultura da violência incutida durante décadas de ocupação ilegal, visando contribuir para a criação de um clima de distenção e contenção e de respeito pelas diferentes opções políticas em Timor-Leste;

3. Promover a educação cívica e política permanente no sentido de prevenir conflitos no seio da sociedade maubere e de preparar a nova geração para a construção de uma sociedade onde prevalece a cultura do amor à vida, da paz e da solidariedade entre os indivíduos, independentemente das origens, da sua religião, das suas opções político-partidárias, do seu sexo ou da sua idade;

4. Defender e promover a criação de um novo pacto social maubere onde se defina uma plataforma política e social capaz de reunir todo o povo maubere em torno dos ideais da Liberdade, do Progresso, da Democracia e do respeito da vontade soberana do Povo na determinação do futuro político para Timor-Leste;

5. Contribuir para a criação de instrumentos e mecanismos políticos e sociais de prevenção e resolução dos conflitos e de promoção da Paz, Ordem e da estabilidade internas, regionais e internacionais;

6. Propor a todas as forças políticas e instituições sociais de expressão da vontade da sociedade civil, aos artistas, profissionais liberais, intelectuais, académicos, operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos, agentes da lei e da ordem, uma jornada colectiva a favor da Paz, da desmilitarização, da solução política global do conflito em Timor-Leste, tendo como base o respeito pela vontade soberana do Povo na determinação do seu futuro e na adopção do sistema político e económico para a reconstrução de Timor-Leste;

7. Reafirmar a sua determinação na defesa intransigente do Direito à Auto-determinação e Independência do Povo de Timor-Leste;

8. Reiterar o seu compromiso de contribuir para o desenvolvimento de uma relação de cooperação sólida e duradoira entre Timor-Leste e os países vizinhos.

Sidney, 17 de Agosto de 1998.